

CONCORRÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA

(9)0005/2026

CONTRATANTE (UASG)
MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC (988383)

OBJETO

Contratação de empresa especializada para a elaboração do projeto executivo e a execução das obras de reforma e modernização do CIGERD Regional da Defesa Civil Estadual (estrutura modular existente), bem como construção da edificação da sede da Defesa Civil Municipal, implantação do Centro Logístico Regional – CELOG, garagens cobertas, no Município de Xanxerê, a ser realizada por meio de licitação do tipo semi-integrada, no regime de empreitada por preço global, compreendendo o fornecimento integral de materiais, mão de obra, equipamentos, mobilização, serviços complementares, limpeza e entrega final, em estrita conformidade com os projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos que integram o edital.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 963.118,81 (novecentos e sessenta e três mil, cento e dezoito reais e oitenta e um centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 29/06/2026 às 09h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor Preço global

REGIME DE EXECUÇÃO

Execução indireta em regime de contratação Semi-Integrada

MODO DE DISPUTA:

ABERTO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

Sim

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0120/2026

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 0005/2026

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ, Estado de Santa Catarina, **TORNA PÚBLICO**, para conhecimento dos interessados, a realização de licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA PÚBLICA**, na **forma ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, sob a forma de **EXECUÇÃO INDIRETA EM REGIME DE CONTRATAÇÃO SEMI-INTEGRADA**, consoante ao disposto na Lei nº 14.133/2021, Instrução Normativa SEGES/ME nº 73 de 30 de setembro de 2022, Lei nº 123/2006 e demais normas aplicáveis, conforme segue:

A sessão virtual da Concorrência eletrônica será realizada no seguinte endereço:

Data da sessão: 29 de junho de 2026

Horário: 09:00 horas

Local: <https://www.gov.br/compras> "Acesso Identificado"

UASG: 988383

1. DO OBJETO:

1.1. Contratação de empresa especializada para a elaboração do projeto executivo e a execução das obras de reforma e modernização do CIGERD Regional da Defesa Civil Estadual (estrutura modular existente), bem como construção da edificação da sede da Defesa Civil Municipal, implantação do Centro Logístico Regional – CELOG, garagens cobertas, no Município de Xanxerê, a ser realizada por meio de licitação do tipo semi-integrada, no regime de empreitada por preço global, compreendendo o fornecimento integral de materiais, mão de obra, equipamentos, mobilização, serviços complementares, limpeza e entrega final, em estrita conformidade com os projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos que integram o edital.

1.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço do GLOBAL, observadas as exigências quanto às especificações do objeto.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:

2.1. Poderão participar desta Concorrência os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela

informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

- 2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e microempreendedor individual – MEI e Cooperativas, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

- 2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 2.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

- 2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).
- 2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

- 3.1. *Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.*
- 3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.3. No **cadastro da proposta inicial, o licitante declarará**, em campo próprio do sistema, que:
- 3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.8. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.9.O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

4.1.O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. **VALOR GLOBAL** – em moeda nacional corrente, correspondente às obras e serviços especiais de engenharia para o tudo exigido.

4.1.2. Quantidade cotada, devendo respeitar o valor máximo constante no Anexo II do edital.

4.2.Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3.Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4.Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5.A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, Projetos e demais anexos, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.6.O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.7.O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

5.1.Para fins de habilitação nesta concorrência, a licitante deverá enviar os seguintes documentos, observando o procedimento disposto no item 8.13 deste Edital:

5.2.HABILITAÇÃO JURÍDICA:

5.2.1. cópia do registro comercial, no caso de empresa individual;

5.2.2. cópia do **ato constitutivo**, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

5.2.3. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);

5.2.4. cópia do decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.3.HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- 5.3.1. Prova de Regularidade unificada com a Secretaria da **Receita Federal** e a Dívida Ativa da União;
- 5.3.2. Prova de regularidade fiscal para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;
- 5.3.3. Prova de regularidade fiscal para com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;
- 5.3.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 5.3.5. Certidão negativa de Débitos Trabalhistas (**CNDT**).
- 5.3.5.1. *A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.*

5.4. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- 5.4.1. **Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.**
- 5.4.2. **Balço patrimonial e demonstrações contábeis dos últimos 02 (dois) exercícios sociais**, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- 5.4.2.1. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
- 5.4.2.2. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.
- 5.4.3. Caso o licitante seja Cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;
- 5.4.6 **A comprovação da situação financeira da empresa deverá ser apresentada pelo licitante, assinado pelo seu contador**, mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas, com **base nos dois balanços apresentados**:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

- 5.4.7 As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), **serão julgadas inabilitadas**.

- 5.4.8 No Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, a Licitante **deverá comprovar Patrimônio Líquido igual ou superior a 10% (dez por cento)** do valor estimado da contratação (art. 69, parag. 4º da Lei 14.133/2021).

5.5 QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL E OPERACIONAL:

- 5.5.1 **Prova de registro da PESSOA JURÍDICA** na entidade de fiscalização profissional competente: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU/BR) ou Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT) **em vigência.**
- 5.5.1.1 A proponente que não é sediada no Estado de Santa Catarina deverá apresentar o Registro no CREA/CAU/CFT do estado em que está sediada e apresentar no ato da assinatura do contrato, o visto do CREA/CAU/CFT de Santa Catarina.
- 5.5.1 Informamos que em relação a comprovação de capacidade operacional e técnica (CAO e CAT), o proponente deverá apresentar 50%. Em atendimento ao art. 65, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a definição, no edital, de parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo, justifica-se a exigência de comprovação de experiência prévia na execução de, no mínimo, 50% das quantidades das parcelas abaixo relacionadas, por representarem o núcleo crítico do objeto e influenciarem diretamente a qualidade, a segurança. No presente certame, os serviços técnicos EXECUÇÃO DE ALVENARIA – EXECUÇÃO DE PISO EM CONCRETO ARMADO – COBERTURA – INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DE BAIXA TENSÃO, necessitam de comprovação pois são atividades que configuram parcelas de maior relevância técnica, pois possui valor individual igual ou superior a 4% do valor estimado do respectivo objeto.
- 5.5.1 **Comprovação de capacitação técnico-operacional** mediante apresentação de, no mínimo, 1 (um) atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, registrado na entidade profissional competente (**certidão de acervo operacional – CAO**) para comprovação da execução de serviços de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação.
- 5.5.1.1 O Atestado demandado deverá comprovar a execução mínima de 50% dos seguintes serviços técnicos que fazem parte do objeto licitado: **(i) execução de estrutura em concreto armado, (ii) execução de alvenaria, (iii) execução de piso em concreto armado, (iv) instalações elétricas baixa tensão.**
- 5.5.1.2 O(s) atestado(s) deverão estar acompanhados da(s) correspondente(s) certidões de acervo operacional (CAO).
- 5.5.2 Apresentação de profissionais de nível superior na área de **Engenharia Civil e/ou e/ou Arquiteto e Urbanista e/ou Técnico em Edificações, ou outro profissional legalmente habilitado** com comprovação de atribuições correlatas ao objeto pela entidade profissional competente, para figurar como responsável técnico do objeto a ser contratado, cuja comprovação de vínculo poderá se dar através de um dos seguintes documentos: **(i)** Cópia da Carteira de Trabalho (CPTS) física ou digital; **OU (ii)** Cópia do Contrato de Prestação de Serviços; **OU (iii)** declaração de contratação futura do profissional responsável, desde que acompanhada da anuência do profissional a ser contratado; **OU (iv)** Cópia do Contrato Social em se tratando de sócio da empresa licitante.

- 5.5.2.1 **Observação:** Os responsáveis técnicos indicados não poderão ser substituídos ao longo do processo sem expressa autorização do Contratante.
- 5.5.3 **A comprovação de vínculos do (s) responsável (is) técnico (s)** relacionados no item anterior com a proponente poderá ser dar através de um dos seguintes documentos: **(i)** Cópia da Carteira de Trabalho (CPTS) física ou digital; **OU (ii)** Cópia do Contrato de Prestação de Serviços; **OU (iii)** declaração de contratação futura do profissional responsável, desde que acompanhada da anuência do profissional a ser contratado; **OU (iv)** Cópia do Contrato Social em se tratando de sócio da empresa licitante.
- 5.5.4 **Registro do(s) Responsável (is) Técnico (s)** no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU/BR) ou Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT) **em vigência.**
- 5.5.5 Apresentação de, no mínimo, **1 (um) atestado de capacidade técnica-profissional**, emitido **por pessoa jurídica de direito público ou privado**, devidamente **registrado na entidade profissional competente**, para comprovação da execução de serviços de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação.
- 5.5.5.1 O Atestado demandado deverá comprovar a execução mínima de 50% dos seguintes serviços técnicos que fazem parte do objeto licitado: **(i) execução de estrutura em concreto armado, (ii) execução de alvenaria, (iii) execução de piso em concreto armado, (iv) instalações elétricas baixa tensão.**
- 5.5.5.2 O(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica apresentado(s) deve(m) conter as seguintes informações básicas: Nome do Contratado, do Contratante, da empresa executora, identificação do contrato (tipo ou natureza do serviço), serviços técnicos elaborados/executados com respectivas quantidades, identificação da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART (número), data e local.
- 5.5.5.3 O(s) atestado(s) deverão estar acompanhados da(s) correspondente(s) certidões de acervo técnico (CAT); **Bastará a apresentação de 1 (um) único atestado** em sendo este capaz de demonstrar que o profissional técnico (responsável técnico indicado) vinculado à empresa proponente possui a capacidade técnica necessária.
- 5.5.6 **Apresentar atestado ou declaração de visita técnica** assinado pelo responsável técnico e/ou responsável legal da empresa que realizou visita e inspeção nos locais das obras e verificou a situação atual dos locais, tomou conhecimento de todas as condições relacionadas à execução dos serviços e tem pleno conhecimento das condições de sua execução e se responsabilizará por quaisquer custos relacionados à execução integral do objeto do Edital/Contrato, ainda que imprevistos em sua proposta. A visita técnica poderá ser agendada no Setor de Engenharia da Prefeitura Municipal, através do e-mail enge.projetos@xanxere.sc.gov.br ou tel (49) 3441-8500 das 07:30h às 11:30h e das 13h às 17h. Caso a proponente dispense a visita deverá apresentar **DECLARAÇÃO** de que tomou conhecimento de todas as condições relacionadas à execução dos serviços e se responsabilizará por quaisquer custos relacionados à execução do contrato, ainda que imprevistos em sua proposta.

6 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:

- 6.4 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.5 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.6 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o agente de contratação e os licitantes.
- 6.7 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.8 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.9 O licitante somente poderá oferecer lance *de preço inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.10 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.11 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.12 O envio de lances no pregão eletrônico terá o modo de disputa “**ABERTO**”, no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos.
- 6.12.6 Item é enviado para disputa;
- 6.12.7 Item ficará em disputa durante 10 (dez) minutos;
- 6.12.8 Ao final dos 10 minutos, inicia-se a prorrogação automática em 2 em 2 minutos.
- 6.12.9 **O intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 10,00 (dez reais).**
- 6.13 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.14 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15 No caso de desconexão com o agente de contratação, no decorrer da etapa competitiva da concorrência eletrônica, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o agente de contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo agente de contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.18.6 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 6.18.6.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.18.6.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

- 6.18.6.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.18.6.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.18.7 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
 - 6.18.7.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
 - 6.18.7.2 empresas brasileiras;
 - 6.18.7.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 6.18.7.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da **Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009**.
- 6.19 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o agente de contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
 - 6.19.6 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
 - 6.19.7 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
 - 6.19.8 O agente de contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **08 (oito horas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada**, conforme **MODELO DO ANEXO II** acompanhada da **PLANILHA DE ORÇAMENTO, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO e BDI**.
 - 6.19.9 É facultado ao agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.20 Após a negociação do preço, o agente de contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
- 6.21 A fim de agilizar o andamento do certame, o pregoeiro poderá solicitar via sistema compras.gov. os **documentos de habilitação exigidos no item 05 do edital, antecipando a exigência do item 8.13 do edital**.

7 DA FASE DE JULGAMENTO:

- 7.4 Encerrada a etapa de negociação, o agente de contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no **art. 14 da Lei nº 14.133/2021**, legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
 - 7.4.6 SICAF;
 - 7.4.7 Certidão negativa Correccional (CGU-PJ, CEIS, CNEP, CEPIM, e-PAD e CGU-PAD) disponível no site <https://certidoes.cgu.gov.br/>.
- 7.5 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o **artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992**.

- 7.6 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o agente de contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 7.6.6 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 7.6.7 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 7.6.8 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.7 Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.7.6 contiver vícios insanáveis;
- 7.7.7 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 7.7.8 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.7.9 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.7.10 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.8 Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 7.8.6 Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 7.8.7 No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;*
- 7.8.8 No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 7.8.9 Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 7.9 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.10 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.10.6 Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais

adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

- 7.11 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 7.11.6 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 7.11.7 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.12 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8 DA FASE DE HABILITAÇÃO:

- 8.4 Os documentos previstos no **Item 05 do edital**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.4.6 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 8.5 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 8.6 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 8.7 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 8.7.6 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30 % para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
- 8.8 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, ou por cópia, inclusive autenticada ou assinada digitalmente, desde que seja possível o rastreamento da origem.
- 8.9 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 8.10 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).
- 8.11 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

- 8.12 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.13 A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 8.13.6 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018](#), [art. 4º, §1º](#), e [art. 6º, §4º](#)).
- 8.14 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018](#), [art. 7º, caput](#)).
- 8.14.6 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018](#), [art. 7º, parágrafo único](#)).
- 8.15 A verificação pelo agente de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.16 **Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do agente de contratação.**
- 8.17 A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.18 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21](#), [art. 64](#) , e [IN 73/2022](#), [art. 39, §4º](#)):
- 8.18.6 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 8.19 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.20 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o agente de contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.13.
- 8.21 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 8.22 Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no Edital, o licitante será declarado vencedor, oportunizando-se a manifestação da intenção de recurso.

9 DOS RECURSOS:

- 9.4 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 9.5 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 9.6 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 9.6.6 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
 - 9.6.7 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
 - 9.6.8 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
 - 9.6.9 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 9.7 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 9.8 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.9 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 9.10 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 9.11 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.12 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10 DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO:

- 10.4 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:
- 10.4.6 determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
 - 10.4.7 revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
 - 10.4.8 proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
 - 10.4.9 adjudicar o objeto e homologar a licitação.

11 DAS CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO:

- 11.4 O licitante vencedor será convocado para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de cinco dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 11.5 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte, durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.
- 11.6 Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.
- 11.7 Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no item 11.1 deste Edital, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.
- 11.8 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação, nos termos do 11.3 deste Edital, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

- 11.8.6 convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- 11.8.7 adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 11.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas, previstas neste edital.

12 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 12.1 A proponente vencedora obriga-se a executar os serviços de forma integral, de acordo com as especificações técnicas que seguem neste termo de referência, nos documentos técnicos em anexo, projetos, memórias, orçamentos e cronograma, bem como em conformidade com as normas e instruções técnicas vigentes e leis pertinentes, independentemente de algum item estar incluso em apenas um dos documentos técnicos ou apenas no corpo do edital.
- 12.2 Deve elaborar todos os projetos executivos os quais devem ser aprovados pela fiscalização da Prefeitura para posterior autorização do início das obras.
- 12.3 Deve fornecer todos os materiais, equipamentos e mão de obra necessários ao bom andamento e execução de todos os serviços necessários a conclusão do objeto do Edital/Contrato, conforme previsto neste termo/edital e documentação técnica em anexo, com pessoal especializado.
- 12.4 A contratada responsabilizar-se-á pela qualidade da prestação dos serviços, empregando mão de obra especializada e materiais de primeira qualidade, sob pena de refazer, a pedido do contratante, mesmo após entregue a obra, todos os serviços que não atenderem as especificações e normas técnicas, substituindo todos serviços e ou materiais reprovados que não atenderem as especificações e normas técnicas.
- 12.5 Na fase de execução das obras, caso sejam verificadas divergências e/ou inconsistências nas especificações técnicas (projetos, memoriais e orçamento) em relação às normas e legislação vigente e a condição local na obra, deve comunicar de imediato a contratante para que sejam tomadas as devidas providências.
- 12.6 Qualquer omissão de informação por parte da contratada a contratante que implique a não obtenção de licenças, alvarás, ou que impliquem necessidade de reparos ou demolições para atendimento às prescrições legais serão responsabilizadas a contratada, a qual deverá fazer todos os ajustes necessários às suas expensas.
- 12.7 A empresa contratada responsabilizar-se-á pela segurança e por quaisquer danos causados a infraestruturas existentes, bem como a demais danos ao contratante ou a terceiros decorrentes de negligência, imperícia ou omissão durante a execução dos serviços, ressarcindo ou substituindo até o recebimento definitivo pela contratante.
- 12.8 A proponente deverá empregar mão de obra qualificada/especializada e em quantidade compatível com a natureza e cronograma dos serviços, sendo que todos os colaboradores deverão estar devidamente registrados e uniformizados para execução dos mesmos.
- 12.9 A contratada deverá cumprir todos os prazos legais pré-estabelecidos no edital e contrato, atendendo fielmente o cronograma/prazos dos serviços, salvo fato superveniente que deverá ser devidamente documentado e justificado tecnicamente, sob pena das implicações legais cabíveis.
- 12.10 Proceder à substituição de qualquer operário, que esteja sob suas ordens e em serviço, se isso lhe for exigido pela fiscalização, sem haver necessidade de declaração quanto aos motivos.
- 12.11 São de inteira responsabilidade da contratada, as despesas diretas ou indiretas, tais como: transporte, salários, alimentação, diárias, encargos sociais, trabalhistas, fiscais, previdenciárias, de ordem de classe, indenizações civis e outras que porventura for devida, na execução dos

serviços objeto desta licitação, ficando ainda a licitante isenta de qualquer vínculo empregatício com os funcionários da proponente/contratada.

- 12.12 Deve fornecer as devidas notas fiscais, nos termos da lei. Manter na execução dos serviços somente os servidores devidamente contratados segundo a legislação vigente.
- 12.13 A contratada deverá manter limpo os locais de realização dos serviços, removendo resíduos, lixos e entulhos e destinando a locais ambientalmente corretos.
- 12.14 A proponente deverá apresentar toda a documentação e condições previstas no edital e contrato de prestação de serviços e mantê-las durante toda vigência do contrato.
- 12.15 A proponente contratada deverá apresentar/fornecer ao Fiscal da Prefeitura Municipal, sempre que lhe for solicitado, os seguintes documentos:
 - I. ART de projeto e execução, assinada pelo profissional responsável técnico da contratada;
 - II. Projeto As Built, quando for necessário;
 - III. Diário de obra (entrega mensal/cada medição) e/ou relatório de atividades;
 - IV. Relação dos empregados que trabalharam de forma direta ou indireta na execução dos serviços, comprovado através da ficha de registro;
 - V. GFIP e CND;
 - VII. Laudo técnico de materiais empregados, com respectiva ART.

13 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- 13.1 Fornecimento de projetos básicos, memoriais, orçamento e demais especificações técnicas necessárias à elaboração dos projetos executivos e execução das obras.
- 13.2 Fornecimento de documentos de responsabilidade técnica pelos projetos e pela fiscalização das obras; emitir autorização de fornecimento (ordem de serviço).
- 13.3 Efetuar medição conforme evolução dos serviços, mediante elaboração de medição pelo fiscal da obra, efetuar o pagamento conforme definido no ato convocatório, mediante execução dos serviços e apresentação da fatura (nota fiscal), desde que atendidas as demais exigências estabelecidas no Edital/Contrato, e fiscalizar o andamento das obras.
- 13.4 A fiscalização dos serviços será feita pelo Município, por meio do seu responsável técnico, portanto, em qualquer ocasião, a contratada deverá submeter-se ao que for determinado pelo fiscal. Cabe a fiscalização pôr a prova qualquer serviço ou qualquer tipo de material, quanto à qualidade e/ou quantidade, tanto dos serviços executados, como da qualidade dos materiais empregados nas obras.
- 13.5 Em caso de dúvidas sobre a qualidade dos materiais, poderá a fiscalização exigir análise em instituto oficial, correndo as despesas por conta da contratada. Poderá a fiscalização paralisar a execução dos serviços, bem como solicitar que sejam refeitos, quando eles não forem executados de acordo com as especificações, detalhes ou com a boa técnica construtiva. As despesas decorrentes de tais atos serão de inteira responsabilidade da contratada.
- 13.6 A presença da fiscalização na obra não exime e sequer diminui a responsabilidade da contratada perante a legislação vigente.
- 13.7 Fica a cargo da Administração Municipal a aprovação dos projetos nos órgãos ou departamentos competentes, conforme necessidade.

14 DO PRAZOS E LOCAL DE EXECUÇÃO:

- 14.1 A execução dos serviços previstos no objeto do Edital/Contrato deverá seguir rigorosamente o cronograma físico-financeiro constante no Edital e cronograma executivo a ser aprovado posteriormente pela Contratada, sendo o prazo total para conclusão de todos os serviços de 08 (oito) meses, sendo 02 (dois) meses para elaboração do projeto e 06 (seis) meses para execução

conforme cronograma Físico-Financeiro e iniciará após o recebimento da ordem de serviço, emitida pelo departamento responsável.

14.2 O local da execução das obras da Defesa Civil será na BR 282, Parque de Exposições Rovillo Bortoluzzi, na Linha Três Pontes, Xanxerê – SC.

14.3 O contrato decorrente da presente licitação terá o prazo de vigência de **12 (doze) meses**, a contar da publicação do seu extrato no Diário Oficial do órgão licitante, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo, justificadamente a critério da Administração.

15 DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

15.1 O pagamento será efetuado mensalmente conforme Decreto de Pagamento nº 012/2026 da Prefeitura Municipal.

15.2 O pagamento pelos serviços prestados será efetuado mediante apresentação de medição do fiscal da obra da Prefeitura Municipal de Xanxerê, de acordo com boletim de medição e diário de obra dos serviços executados e nos termos do cronograma físico financeiro, desde que atendidas todas as demais condições estabelecidas no Edital ou no instrumento Contratual.

15.3 Para liberação dos pagamentos, a contratada deverá fornecer mensalmente a relação dos empregados que trabalham de forma direta ou indireta na execução dos serviços contratados, comprovando através da ficha de registro; deverá anexar também a DCTFWb – Guia de FGTS e informações a Previdência Social, contendo a relação dos empregados com prova de recolhimento de todos os encargos; cópia dos cartões de controle do horário de trabalho; e prova de pagamento dos salários dos empregados e negativas válidas da empresa proponente.

15.4 Serão processadas as retenções tributárias e previdenciárias nos termos da legislação que regula a matéria.

15.5 **A despesa correrá na seguinte dotação orçamentária: Secretaria de Infraestrutura e Serviços.**

Dotação orçamentária: Reduzido 44, fonte 1701.0000.1164, Convênio: R\$ 800.000,00.

Contrapartida: Reduzido 44, fonte: 1500, R\$ 62.320,20.

16 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

16.1 O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

16.1.6 dar causa à inexecução parcial do contrato;

16.1.7 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

16.1.8 dar causa à inexecução total do contrato;

16.1.9 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

16.1.10 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

16.1.11 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

16.1.12 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

16.1.13 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

16.1.14 fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

16.1.15 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

16.1.16 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

16.1.17 praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

- 16.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 16.1 deste edital as seguintes sanções:
- 16.2.6 advertência;
 - 16.2.7 multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
 - 16.2.8 impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
 - 16.2.9 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
 - 16.2.10 As sanções previstas nos subitens 16.2.1, 16.2.3 e 16.2.4 do presente Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com o prevista no subitem 16.2.2 do mesmo item.
- 16.3 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 16.2 do presente Edital.
- 16.4 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 16.5 A aplicação das sanções previstas no item 16.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 16.6 Na aplicação da sanção prevista no item 16.2, subitem 16.2.2, do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 16.7 Para aplicação das sanções previstas nos subitens 16.2.3 e 16.2.4 do item 16.2 do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 16.8 Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.
- 16.9 Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.
- 16.10 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 16.11 É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:
- 16.11.6 reparação integral do dano causado à Administração Pública;
 - 16.11.7 pagamento da multa;
 - 16.11.8 transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
 - 16.11.9 cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
 - 16.11.10 análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

- 16.12 A sanção pelas infrações previstas nos subitens 16.1.8 e 16.1.12 do item 16.1 do presente Edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

17 DAS GARANTIAS

17.1 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 17.1.1 No ato da assinatura do contrato, a proponente vencedora prestará Garantia de Execução, no percentual **de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato**, a fim de proteger a Entidade Licitante contra atos ou omissões da proponente. **A Garantia de Execução poderá ser feita em uma das seguintes modalidades:**

- a) Em dinheiro através de depósito no Banco do Brasil, Agência nº 0586-X, Operação nº 001, Conta 266914-5;
- b) Títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
- c) Seguro garantia;
- d) Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

- 17.1.2 Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis neste edital.

- 17.1.3 No caso de rescisão de Contrato, por inadimplência da CONTRATADA, a garantia não será devolvida, e será apropriada pela Prefeitura a título de multa rescisória;

- 17.1.4 A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração, e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

- 17.1.5 Havendo prorrogação do prazo de conclusão das obras, o prazo de validade e de liberação da caução deverá ser prorrogado automaticamente.

17.2 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DA OBRA

- 17.2.1 A Contratada obriga-se a dar garantia da obra pelo prazo irredutível de 05 (cinco) anos, a contar do recebimento da obra, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo, conforme prevê a Lei 10.406/02, em seu art. 618.

18 MATRIZ DE RISCO

18.1 Da alocação de Risco.

- 18.1.1 Matriz de Risco é cláusula contratual definidora de risco e de responsabilidade entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação.

- 18.1.2 Constitui peça integrante do contrato, independentemente de transcrição no instrumento respectivo, o **ANEXO IV – MATRIZ DE RISCO**.

19 PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:

- 19.1 Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório e os pedidos de impugnações poderão ser enviados a comissão de contratação, até três dias úteis anteriores à data fixada para

abertura da sessão pública, por meio do seguinte endereço eletrônico: licita@xanxere.sc.gov.br ou protocolo online www.xanxere.sc.gov.br ou no sistema compras.gov.

- 19.2 As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas no seguinte sítio eletrônico da Administração www.xanxere.sc.gov.br.

20 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

- 20.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 20.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/ Comissão.
- 20.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 20.4 É expressamente proibido à CONTRATADA, sem a prévia autorização da CONTRATANTE, subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente o objeto do presente edital;
- 20.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 20.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 20.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 20.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 20.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 20.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 20.11 Fica eleito o Foro da Comarca de Xanxerê, SC, para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.
- 20.12 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 20.13 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 20.13.1 Anexo I – Termo de Referência;
 - 20.13.2 Anexo II – Descrição do objeto licitado / Modelo de Proposta;
 - 20.13.3 Anexo III – Minuta do Contrato;
 - 20.13.4 Anexo IV – Matriz de Risco;
 - 20.13.5 Anexo V - Projeto Básico.

Xanxerê, SC, 06 de maio de 2026.

OSCAR MARTARELLO
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Município de Xanxerê/SC

Secretaria de Infraestrutura e Serviços.

Ordenadores da Despesa: Alcedir Rama.

1. Objeto

Contratação de empresa especializada para a elaboração do projeto executivo e a execução das obras de reforma e modernização do CIGERD Regional da Defesa Civil Estadual (estrutura modular existente), bem como construção da edificação da sede da Defesa Civil Municipal, implantação do Centro Logístico Regional – CELOG, garagens cobertas, no Município de Xanxerê, a ser realizada por meio de licitação do tipo semi-integrada, no regime de empreitada por preço global, compreendendo o fornecimento integral de materiais, mão de obra, equipamentos, mobilização, serviços complementares, limpeza e entrega final, em estrita conformidade com os projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos que integram o edital.

2. Tipo de Objeto

Obra e serviço especial de engenharia.

3. Justificativa

A presente contratação justifica-se pela necessidade de garantir a continuidade, a modernização e o fortalecimento da estrutura de Proteção e Defesa Civil no Município de Xanxerê e na região Oeste de Santa Catarina, assegurando condições técnicas, operacionais e institucionais compatíveis com a relevância dos serviços prestados à população.

O CIGERD Regional encontra-se atualmente instalado em estrutura modular localizada em área situada no Parque de Exposições Rovilho Bortoluzzi, na linha Três Pontes, no município de Xanxerê. Esta intervenção se faz necessária para a continuidade das atividades estratégicas de monitoramento, coordenação e resposta a desastres, com atuação regional e municipal da Defesa Civil. A reforma e modernização do módulo existente permitirão o reaproveitamento da estrutura, com adequações técnicas e funcionais, garantindo segurança, eficiência operacional e continuidade dos serviços.

Paralelamente, a Defesa Civil Municipal de Xanxerê não dispõe de sede própria, operando atualmente em instalações provisórias e inadequadas, o que limita sua capacidade de planejamento,

atendimento e resposta a situações de risco e emergência. A execução da nova sede possibilitará a implantação de uma estrutura permanente, adequada e integrada ao CIGERD Regional, fortalecendo institucionalmente o órgão e qualificando a gestão municipal de riscos e desastres.

A contratação contempla ainda a implantação do Centro Logístico Regional – CELOG, estrutura essencial para o armazenamento, organização e rápida distribuição de insumos emergenciais e ajuda humanitária, ampliando a capacidade de atendimento aos municípios da região Oeste e reduzindo o tempo de resposta em situações de calamidade. A implantação de garagens cobertas para viaturas e equipamentos operacionais é igualmente necessária, visando à preservação da frota e dos equipamentos, à redução de custos de manutenção e à garantia de prontidão permanente para atendimento às emergências.

A adoção do regime de contratação semi-integrada mostra-se adequada em razão da complexidade técnica do empreendimento, permitindo a elaboração do projeto executivo e os ajustes necessários com base em estudos complementares, assegurando soluções compatíveis com as condições reais do local, maior qualidade construtiva, segurança, eficiência e otimização de prazos e recursos. O fornecimento integral de materiais, mão de obra, equipamentos e serviços pela empresa contratada garante maior controle, integração e responsabilidade na execução do objeto.

Dessa forma, a presente contratação é necessária, urgente e estratégica, pois atende a condicionantes legais e operacionais, fortalece a estrutura de Proteção e Defesa Civil, amplia a capacidade de prevenção e resposta a eventos adversos e assegura a proteção da população, do patrimônio público e privado e do meio ambiente, em atendimento ao interesse público.

4. Descrição da Solução como um Todo

A solução proposta consiste na implantação de um conjunto integrado de intervenções físicas e operacionais voltadas à reestruturação, modernização e fortalecimento do sistema de Proteção e Defesa Civil no município de Xanxerê e na região Oeste de Santa Catarina, de forma a garantir a continuidade dos serviços, a ampliação da capacidade de resposta e o atendimento às exigências legais e técnicas vigentes.

De maneira integrada, a solução contempla a elaboração do projeto executivo e a execução da reforma e modernização do CIGERD Regional de Xanxerê, atualmente instalado em estrutura modular. Essa etapa envolve a desmontagem técnica especializada, das estruturas a serem substituídas, execução de piso, reinstalação e reforço estrutural dos módulos, bem como a adequação completa dos sistemas elétricos, hidráulicos, de climatização e telecomunicações, assegurando condições adequadas para operação contínua, segura e integrada entre os entes estadual e municipal.

Paralelamente, prevê-se a construção da nova sede da Defesa Civil Municipal, dotada de estrutura administrativa permanente, espaços para coordenação e planejamento, atendimento à população e integração direta com o CIGERD Regional. Essa edificação permitirá superar as atuais limitações de instalações provisórias, fortalecendo institucionalmente o órgão e qualificando a gestão local de riscos e desastres.

A solução inclui ainda a implantação de garagens cobertas destinadas ao abrigo de viaturas, embarcações, geradores, máquinas e equipamentos operacionais, garantindo sua preservação, redução de custos de manutenção e prontidão permanente para mobilização imediata em situações de emergência.

Complementarmente, está prevista a implantação do Centro Logístico Regional – CELOG, com áreas adequadas para armazenagem segura de insumos emergenciais, organização e distribuição de ajuda humanitária, apoio logístico às operações em campo e atendimento aos municípios da região. Essa estrutura permitirá maior agilidade, eficiência e alcance nas ações de resposta a desastres e crises humanitárias.

A execução da solução como um todo será realizada por meio de contratação no regime semi-integrado, possibilitando a compatibilização do projeto executivo com as condições reais do local, mediante a realização de estudos técnicos complementares, garantindo maior segurança, qualidade construtiva, otimização de prazos e racionalidade no uso dos recursos públicos.

Dessa forma, a solução proposta consolida um modelo integrado, permanente e resiliente de infraestrutura de Proteção e Defesa Civil, assegurando a continuidade das operações, o fortalecimento institucional, a ampliação da capacidade de prevenção e resposta a eventos adversos e a proteção efetiva da população, do patrimônio público e privado e do meio ambiente.

5. Documentos Específicos a Serem Desenvolvidos pela Contratada

A contratada deverá desenvolver, no âmbito do regime de contratação semi-integrada, todos os projetos específicos necessários à completa execução do objeto, assegurando compatibilidade técnica, atendimento às normas vigentes e perfeita integração entre as disciplinas. De forma não exaustiva, deverão ser elaborados e/ou complementados os seguintes projetos:

- Projeto Executivo de Arquitetura: Compreendendo a definição completa dos ambientes da nova sede da Defesa Civil, do CIGERD Regional, do Centro Logístico Regional – CELOG e das garagens cobertas, incluindo layout funcional, fluxos operacionais, acessos, soluções de acessibilidade, especificações de materiais, detalhamento construtivo e adequação às normas técnicas e de segurança.

- **Projetos Estruturais:** Abrangendo fundações, estruturas de concreto armado, metálicas ou mistas, estrutura modular do CIGERD, reforços estruturais necessários, bem como as estruturas das novas edificações, garagens e demais elementos, considerando as cargas permanentes, variáveis e condições de uso.
- **Projetos de Instalações Elétricas e de Energia:** Incluindo distribuição elétrica, quadros, aterramento, proteção contra descargas atmosféricas (SPDA), iluminação interna e externa, iluminação de emergência, infraestrutura para sistemas de contingência, geradores e eventuais sistemas de energia alternativa.
- **Projetos Hidrossanitários:** Contemplando sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem pluvial, aproveitamento de águas pluviais (quando aplicável), caixas de inspeção, reservatórios e demais dispositivos necessários ao pleno funcionamento das edificações.
- **Projetos de Climatização, Ventilação e Exaustão:** Dimensionamento e detalhamento dos sistemas de climatização e ventilação adequados ao funcionamento contínuo das instalações, especialmente para salas de operação, monitoramento, armazenamento e áreas administrativas.
- **Projetos de Telecomunicações, Dados e Monitoramento:** Incluindo infraestrutura para redes de dados e voz, cabeamento estruturado, sistemas de comunicação, monitoramento, videovigilância, controle de acesso e integração com os sistemas operacionais da Defesa Civil.
- **Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico (PPCI):** Elaborado conforme a legislação do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, contemplando rotas de fuga, sinalização, sistemas de alarme, iluminação de emergência, hidrantes, extintores e demais dispositivos de segurança.
- **Projetos de Acessibilidade:** Garantindo o atendimento integral às normas de acessibilidade vigentes, com soluções para circulação, sanitários acessíveis, sinalização e demais adequações necessárias.
- **Projetos de Urbanização e Implantação do Terreno:** Abrangendo acessos, pavimentações, áreas de circulação, drenagem superficial, cercamentos, paisagismo funcional e demais intervenções externas necessárias à adequada implantação do conjunto.
- **Projetos Complementares e Estudos Técnicos:** Incluindo estudos geotécnicos, topográficos, hidrológicos, plano de fogo, compatibilização entre projetos, detalhamentos específicos e quaisquer outros projetos ou estudos que se façam necessários para garantir a segurança, a funcionalidade, a durabilidade e a qualidade da obra.
- **Elaboração de orçamento e cronograma físico financeiro individualizado** para cada uma das estruturas, o qual servirá de base para futuras medições de serviços executados.

- Prever a elaboração de orçamento sintético, orçamento analítico, cronograma físico-financeiro, memorial de cálculo detalhado e BDI.

Todos os projetos deverão ser apresentados de forma integrada, compatibilizada e devidamente aprovados pelos órgãos competentes, constituindo parte essencial para a execução das obras em conformidade com os padrões técnicos, legais e operacionais exigidos.

6. Gestão de Riscos da Contratação

A presente contratação contempla a identificação, análise e alocação dos riscos inerentes à execução do objeto, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021, sendo tais riscos formalizados por meio de Matriz de Riscos específica, constante como documento anexo ao presente Termo de Referência e que integrará o futuro contrato administrativo para todos os fins.

A matriz de riscos estabelece, de forma clara e objetiva, a distribuição das responsabilidades entre a Administração e a contratada, considerando a natureza da contratação semi-integrada, na qual há o fornecimento de projeto básico pela Administração e a responsabilidade da contratada pela elaboração do projeto executivo e pela execução da obra.

6.1 Diretrizes Gerais

A alocação de riscos foi realizada com base nos seguintes princípios:

- atribuição do risco à parte que detém maior capacidade de gerenciá-lo;
- busca do equilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- mitigação de impactos sobre prazo, custo e qualidade da obra;
- garantia da continuidade e eficiência da execução contratual.

6.2 Alocação de Riscos

De forma geral, os riscos foram distribuídos conforme segue:

I – Riscos de responsabilidade da CONTRATADA:

- acidentes de trabalho ocorridos durante a execução dos serviços;
- danos causados a terceiros em decorrência da execução da obra;
- furtos, roubos e perdas de materiais, equipamentos e insumos no canteiro de obras;
- atrasos decorrentes de falhas de planejamento, gestão, execução ou baixa produtividade;
- atrasos decorrentes de chuvas dentro da normalidade histórica;

- falhas executivas, inadequações técnicas e vícios construtivos;
- descumprimento contratual, abandono da obra ou incapacidade técnico-operacional.

II – Riscos de responsabilidade da CONTRATANTE:

- aumento extraordinário e imprevisível dos custos de insumos, decorrente de fatos excepcionais devidamente comprovados;
- inadimplemento ou atraso nos pagamentos devidos à contratada;
- interferências decorrentes de informações, projetos ou levantamentos fornecidos pela Administração que apresentem inconsistências relevantes.

III – Riscos compartilhados entre as partes:

- eventos climáticos extraordinários (chuvas excepcionais, desastres naturais);
- escassez generalizada de materiais no mercado, desde que comprovada;
- interferências técnicas não identificadas previamente, como redes ou obstáculos ocultos;
- situações que demandem readequações técnicas relevantes no decorrer da execução.

6.3 Reequilíbrio Econômico-Financeiro

O reequilíbrio econômico-financeiro do contrato será admitido exclusivamente nas hipóteses em que ocorrerem eventos extraordinários, imprevisíveis ou de consequências incalculáveis, desde que:

- não estejam alocados como risco da contratada na matriz de riscos;
- haja comprovação documental inequívoca do impacto sobre os custos do contrato;
- seja demonstrado o nexo de causalidade entre o evento e o desequilíbrio contratual.

Não será devido reequilíbrio econômico-financeiro para eventos classificados como riscos de responsabilidade da contratada.

6.4 Prorrogação de Prazo

A prorrogação dos prazos contratuais será admitida nos seguintes casos:

- ocorrência de eventos climáticos excepcionais, desde que comprovados tecnicamente;
- escassez de materiais, desde que comprovada a adoção tempestiva das providências pela contratada;
- atrasos decorrentes de fatos imputáveis à Administração.

Não serão admitidas prorrogações de prazo para eventos decorrentes de falhas de planejamento, execução ou gestão da contratada.

6.5 Obrigações Relacionadas à Gestão de Riscos

Em decorrência da matriz de riscos, a contratada deverá:

- contratar e manter vigente seguro de riscos de engenharia e responsabilidade civil, compatível com o porte do empreendimento;
- adotar integralmente as normas de segurança do trabalho, responsabilizando-se por eventuais acidentes;
- garantir a segurança patrimonial do canteiro de obras;
- responder por danos causados a terceiros;
- adotar medidas preventivas e corretivas para mitigação dos riscos sob sua responsabilidade.

A Administração, por sua vez, deverá:

- garantir a disponibilidade orçamentária e financeira;
- fornecer informações e projetos com o maior grau de precisão possível;
- realizar a fiscalização adequada da execução contratual;
- analisar eventuais pleitos de reequilíbrio e prorrogação de prazo.

6.6 Vinculação Contratual

A Matriz de Riscos integra o presente Termo de Referência e será parte integrante do contrato, vinculando as partes quanto à alocação de responsabilidades, servindo como referência para:

- análise de pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro;
- avaliação de prorrogações de prazo;
- definição de responsabilidades em caso de ocorrência de eventos adversos;
- aplicação de penalidades contratuais.

7. Especificações de Lotes

Lote único: elaboração do projeto executivo e a execução da reforma e modernização do CIGERD Regional da Defesa Civil Estadual em Xanxerê, bem como a construção da nova sede da Defesa Civil Municipal, implantação de garagens cobertas e implantação do Centro Logístico Regional – CELOG.

8. Forma e Critério de Seleção do Fornecedor

Buscando selecionar a “proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública”, mediante critérios que garantam a isonomia e a competição entre os interessados, será adotado o critério de menor preço global, atentando-se sempre a qualidade dos produtos, materiais e serviços.

9. Prazo, local e condições de entrega ou execução

A execução dos serviços previstos no objeto do Edital/Contrato deverá seguir rigorosamente o cronograma físico-financeiro constante no Edital e cronograma executivo a ser aprovado posteriormente pela Contratada, sendo o prazo total para conclusão de todos os serviços de 08 (oito) meses, sendo 02 (dois) meses para elaboração do projeto e 06 (seis) meses para execução conforme cronograma Físico-Financeiro e iniciará após o recebimento da ordem de serviço, emitida pelo departamento responsável.

O local da execução das obras da Defesa Civil será na BR 282, Parque de Exposições Rovillo Bortoluzzi, na Linha Três Pontes, Xanxerê – SC.

10. Condições e Prazos de Pagamento

O pagamento será efetuado conforme o decreto vigente 012/2026, disposto no site da Prefeitura Municipal de Xanxerê.

O pagamento pelos serviços prestados será efetuado mediante elaboração de medição pelo fiscal dos serviços e apresentação de nota fiscal, desde que atendidas todas as demais condições estabelecidas no Edital ou no instrumento Contratual.

Para liberação dos pagamentos, o contratado deverá apresentar: nota fiscal, relatório de serviços e diário de obra do período, inclusive com cadastramento topográfico, relação dos empregados que trabalham de forma direta e indireta na execução dos serviços, comprovando através da ficha de registro, GFIP e negativas válidas da empresa proponente.

11. Dotação Orçamentária

Dotação orçamentária: Reduzido 44, fonte 1701.0000.1164, Convênio: R\$ 800.000,00.

Contrapartida: Reduzido 44, fonte: 1500, R\$ 62.320,20.

12. Estimativa do Valor da Contratação

Estima-se para a contratação almejada o valor total de R\$ 963.118,81 (novecentos e sessenta e três mil, cento e dezoito reais e oitenta e um centavos).

13. Obrigações da Contratada

A proponente vencedora obriga-se a executar os serviços de forma integral, de acordo com as especificações técnicas que seguem neste termo de referência, nos documentos técnicos em anexo, projetos, memorias, orçamentos e cronograma, bem como em conformidade com as normas e instruções técnicas vigentes e leis pertinentes, independentemente de algum item estar incluso em apenas um dos documentos técnicos ou apenas no corpo do edital.

Deve elaborar todos os projetos executivos os quais devem ser aprovados pela fiscalização da Prefeitura para posterior autorização do início das obras.

Deve fornecer todos os materiais, equipamentos e mão de obra necessários ao bom andamento e execução de todos os serviços necessários a conclusão do objeto do Edital/Contrato, conforme previsto neste termo/edital e documentação técnica em anexo, com pessoal especializado.

A contratada responsabilizar-se-á pela qualidade da prestação dos serviços, empregando mão de obra especializada e materiais de primeira qualidade, sob pena de refazer, a pedido do contratante, mesmo após entregue a obra, todos os serviços que não atenderem as especificações e normas técnicas, substituindo todos serviços e ou materiais reprovados que não atenderem as especificações e normas técnicas.

Na fase de execução das obras, caso sejam verificadas divergências e/ou inconsistências nas especificações técnicas (projetos, memoriais e orçamento) em relação às normas e legislação vigente e a condição local na obra, deve comunicar de imediato a contratante para que sejam tomadas as devidas providências.

Qualquer omissão de informação por parte da contratada a contratante que implique a não obtenção de licenças, alvarás, ou que impliquem necessidade de reparos ou demolições para atendimento às prescrições legais serão responsabilizadas a contratada, a qual deverá fazer todos os ajustes necessários às suas expensas.

A empresa contratada responsabilizar-se-á pela segurança e por quaisquer danos causados a infraestruturas existentes, bem como a demais danos ao contratante ou a terceiros decorrentes de negligência, imperícia ou omissão durante a execução dos serviços, ressarcindo ou substituindo até o recebimento definitivo pela contratante.

A proponente deverá empregar mão de obra qualificada/especializada e em quantidade compatível com a natureza e cronograma dos serviços, sendo que todos os colaboradores deverão estar devidamente registrados e uniformizados para execução dos mesmos.

A contratada deverá cumprir todos os prazos legais pré-estabelecidos no edital e contrato, atendendo fielmente o cronograma/prazos dos serviços, salvo fato superveniente que deverá ser devidamente documentado e justificado tecnicamente, sob pena das implicações legais cabíveis.

Proceder à substituição de qualquer operário, que esteja sob suas ordens e em serviço, se isso lhe for exigido pela fiscalização, sem haver necessidade de declaração quanto aos motivos.

São de inteira responsabilidade da contratada, as despesas diretas ou indiretas, tais como: transporte, salários, alimentação, diárias, encargos sociais, trabalhistas, fiscais, previdenciárias, de ordem de classe, indenizações civis e outras que porventura for devida, na execução dos serviços objeto desta licitação, ficando ainda a licitante isenta de qualquer vínculo empregatício com os funcionários da proponente/contratada.

Deve fornecer as devidas notas fiscais, nos termos da lei. Manter na execução dos serviços somente os servidores devidamente contratados segundo a legislação vigente.

A contratada deverá manter limpo os locais de realização dos serviços, removendo resíduos, lixo e entulhos e destinando a locais ambientalmente corretos.

A proponente deverá apresentar toda a documentação e condições previstas no edital e contrato de prestação de serviços e mantê-las durante toda vigência do contrato.

A proponente contratada deverá apresentar/fornecer ao Fiscal da Prefeitura Municipal, sempre que lhe for solicitado, os seguintes documentos:

- I. ART de projeto e execução, assinada pelo profissional responsável técnico da contratada;
- II. Projeto As Built, quando for necessário;
- III. Diário de obra (entrega mensal/cada medição) e/ou relatório de atividades;
- IV. Relação dos empregados que trabalharam de forma direta ou indireta na execução dos serviços, comprovado através da ficha de registro;
- V. GFIP e CND;
- VI. Atestado de capacidade técnica comprovando a execução de serviços compatíveis, equivalentes aos constantes no objeto do edital, tanto da empresa, quanto do profissional responsável técnico;
- VII. Laudo técnico de materiais empregados, com respectiva ART.

14. Obrigações da Contratante

Fornecimento de projetos básicos, memoriais, orçamento e demais especificações técnicas necessárias à elaboração dos projetos executivos e execução das obras.

Fornecimento de documentos de responsabilidade técnica pelos projetos e pela fiscalização das obras; emitir autorização de fornecimento (ordem de serviço).

Efetuar medição conforme evolução dos serviços, mediante elaboração de medição pelo fiscal da obra, efetuar o pagamento conforme definido no ato convocatório, mediante execução dos serviços e apresentação da fatura (nota fiscal), desde que atendidas as demais exigências estabelecidas no Edital/Contrato, e fiscalizar o andamento das obras.

A fiscalização dos serviços será feita pelo Município, por meio do seu responsável técnico, portanto, em qualquer ocasião, a contratada deverá submeter-se ao que for determinado pelo fiscal. Cabe a fiscalização pôr a prova qualquer serviço ou qualquer tipo de material, quanto à qualidade e/ou quantidade, tanto dos serviços executados, como da qualidade dos materiais empregados nas obras.

Em caso de dúvidas sobre a qualidade dos materiais, poderá a fiscalização exigir análise em instituto oficial, correndo as despesas por conta da contratada. Poderá a fiscalização paralisar a execução dos serviços, bem como solicitar que sejam refeitos, quando eles não forem executados de acordo com as especificações, detalhes ou com a boa técnica construtiva. As despesas decorrentes de tais atos serão de inteira responsabilidade da contratada.

A presença da fiscalização na obra não exime e sequer diminui a responsabilidade da contratada perante a legislação vigente.

Fica a cargo da Administração Municipal a aprovação dos projetos nos órgãos ou departamentos competentes, conforme necessidade.

15. Qualificação Técnica

Prova de registro da PESSOA JURÍDICA na entidade de fiscalização profissional competente: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) **OU** Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) **OU** Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT) em vigência.

A proponente que não é sediada no Estado de Santa Catarina deverá apresentar o Registro no CREA do estado em que está sediada e apresentar no ato da assinatura do contrato, o visto do CREA de Santa Catarina.

Informamos que em relação a comprovação de capacidade operacional e técnica (CAO e CAT), o proponente deverá apresentar 50%. Em atendimento ao art. 65, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a definição, no edital, de parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo, justifica-se a exigência de comprovação de experiência prévia na execução de, no mínimo, 50% das quantidades das

parcelas abaixo relacionadas, por representarem o núcleo crítico do objeto e influenciarem diretamente a qualidade, a segurança.

No presente certame, os serviços técnicos EXECUÇÃO DE ALVENARIA – EXECUÇÃO DE PISO EM CONCRETO ARMADO – COBERTURA – INSTALAÇÕES ELETRICAS DE BAIXA TENSÃO, necessitam de comprovação pois são atividades que configuram parcelas de maior relevância técnica, pois possui valor individual igual ou superior a 4% do valor estimado do respectivo objeto.

Apresentação de, no mínimo, **1 (um) atestado de capacidade técnica-operacional, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado na entidade profissional competente (certidão de acervo operacional - CAO)**, para comprovação da execução de serviços de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação.

O Atestado demandado deverá comprovar a execução mínima de 50% dos seguintes serviços técnicos que fazem parte do objeto licitado: (i) execução de estrutura em concreto armado, (ii) execução de alvenaria, (iii) execução de piso em concreto armado, (iv) instalações elétricas baixa tensão.

O(s) atestado(s) deverão estar acompanhados da(s) correspondente(s) certidões de acervo operacional (CAO).

Apresentação de profissionais de nível superior na área de **Engenharia Civil e/ou Arquiteto e Urbanista e/ou Técnico em Edificações, ou outro profissional legalmente habilitado com comprovação de atribuições correlatas ao objeto pela entidade profissional competente**, para figurar como responsável técnico do objeto a ser contratado, cuja comprovação de vínculo poderá se dar através de um dos seguintes documentos: **(i) Cópia da Carteira de Trabalho (CPTS) física ou digital; OU (ii) Cópia do Contrato de Prestação de Serviços; OU (iii) declaração de contratação futura do profissional responsável, desde que acompanhada da anuência do profissional a ser contratado; OU (iv) Cópia do Contrato Social em se tratando de sócio da empresa licitante.**

Registro do Responsável Técnico no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) OU CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) OU CFT (Conselho Federal dos Técnicos Industriais) em vigência.

Apresentação de, no mínimo, **1 (um) atestado de capacidade técnica-profissional, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado na entidade profissional competente**, para comprovação da execução de serviços de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação.

O(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica apresentado(s) deve(m) conter as seguintes informações básicas: Nome do Contratado, do Contratante e da empresa executora, identificação do contrato (tipo ou

natureza do serviço), descrição clara dos serviços técnicos elaborados/executados com respectivas quantidades, identificação da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART (número), data e local, sob pena de desqualificação do atestado técnico.

O(s) atestado(s) deverão estar acompanhados da(s) correspondente(s) certidões de acervo técnico (CAT); **Bastará a apresentação de 1 (um) único atestado** em sendo este capaz de demonstrar que o profissional técnico (responsável técnico indicado) vinculado à empresa proponente possui a capacidade técnica necessária.

16. Habilitação da contratada

É imprescindível que os interessados atendam aos requisitos de habilitação, atentando-se a regularidade fiscal, comprovada mediante a apresentação de documentos que atestem a regularidade perante os órgãos competentes, a habilitação jurídica, que exige a comprovação da constituição da empresa de acordo com as leis brasileiras, visando demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, além da documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional, nos termos da Lei 14.133/2021.

17. Fiscal da Obra

- Robson Dalla Rosa, contato (49) 3441-8518, e-mail: urbanismo@xanxere.sc.gov.br .

18. Prazo de Vigência do Contrato

O contrato terá vigência de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado nos termos da lei.

Alcedir Rama
Secretaria de Infraestrutura e Serviços

Aline Menegas de Vicentin
Agente de Contratações

ANEXO II**PLANILHA PARA COTAÇÃO DE PREÇOS / MODELO PROPOSTA**

Nome da empresa (razão social):

Endereço:

Cidade: UF: CEP:

CNPJ n.: Telefone/fax:

E-mail:

Banco n.: Agência n.: Conta corrente n.:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	Quant.	Valor Total
01	Contratação de empresa especializada para a elaboração do projeto executivo e a execução das obras de reforma e modernização do CIGERD Regional da Defesa Civil Estadual (estrutura modular existente), bem como construção da edificação da sede da Defesa Civil Municipal, implantação do Centro Logístico Regional - CELOG, garagens cobertas, no Município de Xanxerê compreendendo o fornecimento integral de materiais, mão de obra, equipamentos, mobilização, serviços complementares, limpeza e entrega final, em estrita conformidade com os projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos que integram o edital.	01 serviço	R\$ 963.118,81 (novecentos e sessenta e três mil, cento e dezoito reais e oitenta e um centavos).

- a) Declaramos que na proposta apresentada compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

- b) Validade Proposta: ...dias.

....., .. de de 2026.

(Nome e assinatura do responsável)

ANEXO III MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVICOS DE ENGENHARIA Nº 000/2025

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua Dr. José de Miranda Ramos, nº 455, inscrito no CNPJ sob o nº 83.009.860/0001-13, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **OSCAR MARTARELLO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Xanxerê, inscrito no CPF sob o nº 461.817.769-15 e RG nº 1692088, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa:

xxxxxx, pessoa jurídica de direito privado, com sede a Rua xxx, xxx, Bairroxxx, cidade de xxxxx, Estado de xxxxx, inscrita no CNPJ sob nº xxxxx, neste ato representada pelo Sr. xxxx, portador do CPF nº xxxx, denominado para este instrumento particular simplesmente de **CONTRATADA**, de comum acordo celebram este contrato, regido pelas cláusulas e condições que seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA – FUNDAMENTAÇÃO

1.1 Este contrato é fundamentado no procedimento realizado pelo **CONTRATANTE** através do edital de Concorrência Eletrônica nº 0005/2026 – Processo Licitatório nº 0120/2026 e na proposta vencedora, conforme termo de homologação e se regerá pelas cláusulas aqui previstas, bem como pelas normas da Lei Federal nº 14.133/2021, suas alterações e demais dispositivos legais aplicáveis, inclusive os regulamentos editados pelo **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

2.1 Contratação de empresa especializada para a elaboração do projeto executivo e a execução das obras de reforma e modernização do CIGERD Regional da Defesa Civil Estadual (estrutura modular existente), bem como construção da edificação da sede da Defesa Civil Municipal, implantação do Centro Logístico Regional – CELOG, garagens cobertas, no Município de Xanxerê, a ser realizada por meio de licitação do tipo semi-integrada, no regime de empreitada por preço global, compreendendo o fornecimento integral de materiais, mão de obra, equipamentos, mobilização, serviços complementares, limpeza e entrega final, em estrita conformidade com os projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos que integram o edital.

CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZOS, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS SERVICOS

3.1 A execução dos serviços previstos no objeto do Edital/Contrato deverá seguir rigorosamente o cronograma físico-financeiro constante no Edital e cronograma executivo a ser aprovado posteriormente pela Contratada, sendo o prazo total para conclusão de todos os serviços de 08 (oito) meses, sendo 02 (dois) meses para elaboração do projeto e 06 (seis) meses para execução conforme cronograma Físico-Financeiro e iniciará após o recebimento da ordem de serviço, emitida pelo departamento responsável.

3.2 O local da execução das obras da Defesa Civil será na BR 282, Parque de Exposições Rovillo Bortoluzzi, na Linha Três Pontes, Xanxerê – SC.

3.3 O contrato decorrente da presente licitação terá o prazo de vigência de **12 (doze) meses**, a contar da publicação do seu extrato no Diário Oficial do órgão licitante, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo, justificadamente a critério da Administração.

CLÁUSULA QUARTA – PREÇOS

4.1 Pelos serviços e materiais objeto do presente contrato, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA à importância global de **R\$ xxxxxxxxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxx)**, deste valor global correspondem R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxxxxxx) de materiais e R\$ xxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxx) de mão de obra, condicionado aos serviços efetivamente executados, com base nos quantitativos e preços proposto pela CONTRATADA.

CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1 O pagamento será efetuado mensalmente conforme Decreto de Pagamento nº 010/2025 da Prefeitura Municipal.

5.2 O pagamento pelos serviços prestados será efetuado mediante apresentação de medição do fiscal da obra da Prefeitura Municipal de Xanxerê, de acordo com boletim de medição e diário de obra dos serviços executados e nos termos do cronograma físico financeiro, desde que atendidas todas as demais condições estabelecidas no Edital ou no instrumento Contratual.

5.3 Para liberação dos pagamentos, a contratada deverá fornecer mensalmente a relação dos empregados que trabalham de forma direta ou indireta na execução dos serviços contratados, comprovando através da ficha de registro; deverá anexar também a DCTFWb – Guia de FGTS e informações a Previdência Social, contendo a relação dos empregados com prova de recolhimento de todos os encargos; cópia dos cartões de controle do horário de trabalho; e prova de pagamento dos salários dos empregados e negativas válidas da empresa proponente.

5.4 Serão processadas as retenções tributárias e previdenciárias nos termos da legislação que regula a matéria.

Subcláusula Primeira – A Contratante poderá sustar o pagamento de qualquer parcela, no todo ou em parte, nos seguintes casos:

- a) Serviços Prestados fora dos padrões éticos e da qualidade atribuível à espécie, devidamente aprovado pela Contratante;
- b) Existência de qualquer débito para com este órgão;
- c) Descumprimento de qualquer um dos dispositivos contidos neste Contrato ou no Processo Licitatório.

CLÁUSULA SEXTA – RECURSO FINANCEIRO

6.1 As despesas do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Dotação orçamentária: Reduzido 44, fonte 1701.0000.1164, Convênio: R\$ 800.000,00.

Contrapartida: Reduzido 44, fonte: 1500, R\$ 62.320,20.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

- 7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data de orçamento estimado do Processo. Após o interregno de um ano, e mediante pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação em vigor.
- 7.2 A análise dos pedidos de reajuste será efetuada pelos fiscais, os quais deverão se manifestar a respeito da sua concessão, bem como indicar precisamente para quais itens da planilha orçamentária é devido ao reajuste dos valores.
- 7.3 Após a análise do fiscal, o pedido deve ser submetido a parecer da Procuradoria-Geral e Controladoria-Geral do Município e seguirá para decisão do Prefeito.
- 7.4 O reajuste de que trata no item 7.1 poderá ser indeferido, nos casos em que a CONTRATADA tenha dado causa à referida prorrogação.
- 7.5 O índice estabelecido no item 7.1 é o máximo a ser aplicado ao contrato, podendo a Administração negociar índice e/ou percentual inferior com a contratada, no intuito de manter a vantagem da contratação, considerando para tanto a variação das tabelas referenciais SINAPI/SICRO utilizadas para composição do orçamento inicial da referida licitação.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1 Fornecimento de projetos básicos, memoriais, orçamento e demais especificações técnicas necessárias à elaboração dos projetos executivos e execução das obras.
- 8.2 Fornecimento de documentos de responsabilidade técnica pelos projetos e pela fiscalização das obras; emitir autorização de fornecimento (ordem de serviço).
- 8.3 Efetuar medição conforme evolução dos serviços, mediante elaboração de medição pelo fiscal da obra, efetuar o pagamento conforme definido no ato convocatório, mediante execução dos serviços e apresentação da fatura (nota fiscal), desde que atendidas as demais exigências estabelecidas no Edital/Contrato, e fiscalizar o andamento das obras.
- 8.4 A fiscalização dos serviços será feita pelo Município, por meio do seu responsável técnico, portanto, em qualquer ocasião, a contratada deverá submeter-se ao que for determinado pelo fiscal. Cabe a fiscalização pôr a prova qualquer serviço ou qualquer tipo de material, quanto à qualidade e/ou quantidade, tanto dos serviços executados, como da qualidade dos materiais empregados nas obras.
- 8.5 Em caso de dúvidas sobre a qualidade dos materiais, poderá a fiscalização exigir análise em instituto oficial, correndo as despesas por conta da contratada. Poderá a fiscalização paralisar a execução dos serviços, bem como solicitar que sejam refeitos, quando eles não forem executados de acordo com as especificações, detalhes ou com a boa técnica construtiva. As despesas decorrentes de tais atos serão de inteira responsabilidade da contratada.
- 8.6 A presença da fiscalização na obra não exime e sequer diminui a responsabilidade da contratada perante a legislação vigente.
- 8.7 Fica a cargo da Administração Municipal a aprovação dos projetos nos órgãos ou departamentos competentes, conforme necessidade.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1 A proponente vencedora obriga-se a executar os serviços de forma integral, de acordo com as especificações técnicas que seguem neste termo de referência, nos documentos técnicos em anexo, projetos, memórias, orçamentos e cronograma, bem como em conformidade com as normas e instruções técnicas vigentes e leis pertinentes, independentemente de algum item estar incluso em apenas um dos documentos técnicos ou apenas no corpo do edital.
- 9.2 Deve elaborar todos os projetos executivos os quais devem ser aprovados pela fiscalização da Prefeitura para posterior autorização do início das obras.
- 9.3 Deve fornecer todos os materiais, equipamentos e mão de obra necessários ao bom andamento e execução de todos os serviços necessários a conclusão do objeto do Edital/Contrato, conforme previsto neste termo/edital e documentação técnica em anexo, com pessoal especializado.
- 9.4 A contratada responsabilizar-se-á pela qualidade da prestação dos serviços, empregando mão de obra especializada e materiais de primeira qualidade, sob pena de refazer, a pedido do contratante, mesmo após entregue a obra, todos os serviços que não atenderem as especificações e normas técnicas, substituindo todos serviços e ou materiais reprovados que não atenderem as especificações e normas técnicas.
- 9.5 Na fase de execução das obras, caso sejam verificadas divergências e/ou inconsistências nas especificações técnicas (projetos, memoriais e orçamento) em relação às normas e legislação vigente e a condição local na obra, deve comunicar de imediato a contratante para que sejam tomadas as devidas providências.
- 9.6 Qualquer omissão de informação por parte da contratada a contratante que implique a não obtenção de licenças, alvarás, ou que impliquem necessidade de reparos ou demolições para atendimento às prescrições legais serão responsabilizadas a contratada, a qual deverá fazer todos os ajustes necessários às suas expensas.
- 9.7 A empresa contratada responsabilizar-se-á pela segurança e por quaisquer danos causados a infraestruturas existentes, bem como a demais danos ao contratante ou a terceiros decorrentes de negligência, imperícia ou omissão durante a execução dos serviços, ressarcindo ou substituindo até o recebimento definitivo pela contratante.
- 9.8 A proponente deverá empregar mão de obra qualificada/especializada e em quantidade compatível com a natureza e cronograma dos serviços, sendo que todos os colaboradores deverão estar devidamente registrados e uniformizados para execução dos mesmos.
- 9.9 A contratada deverá cumprir todos os prazos legais pré-estabelecidos no edital e contrato, atendendo fielmente o cronograma/prazos dos serviços, salvo fato superveniente que deverá ser devidamente documentado e justificado tecnicamente, sob pena das implicações legais cabíveis.
- 9.10 Proceder à substituição de qualquer operário, que esteja sob suas ordens e em serviço, se isso lhe for exigido pela fiscalização, sem haver necessidade de declaração quanto aos motivos.
- 9.11 São de inteira responsabilidade da contratada, as despesas diretas ou indiretas, tais como: transporte, salários, alimentação, diárias, encargos sociais, trabalhistas, fiscais, previdenciárias, de ordem de classe, indenizações civis e outras que porventura for devida, na execução dos serviços objeto desta licitação, ficando ainda a licitante isenta de qualquer vínculo empregatício com os funcionários da proponente/contratada.

- 9.12 Deve fornecer as devidas notas fiscais, nos termos da lei. Manter na execução dos serviços somente os servidores devidamente contratados segundo a legislação vigente.
- 9.13 A contratada deverá manter limpo os locais de realização dos serviços, removendo resíduos, lixo e entulhos e destinando a locais ambientalmente corretos.
- 9.14 A proponente deverá apresentar toda a documentação e condições previstas no edital e contrato de prestação de serviços e mantê-las durante toda vigência do contrato.
- 9.15 A proponente contratada deverá apresentar/fornecer ao Fiscal da Prefeitura Municipal, sempre que lhe for solicitado, os seguintes documentos:
- I. ART de projeto e execução, assinada pelo profissional responsável técnico da contratada;
 - II. Projeto As Built, quando for necessário;
 - III. Diário de obra (entrega mensal/cada medição) e/ou relatório de atividades;
 - IV. Relação dos empregados que trabalharam de forma direta ou indireta na execução dos serviços, comprovado através da ficha de registro;
 - V. GFIP e CND;
 - VI. Atestado de capacidade técnica comprovando a execução de serviços compatíveis, equivalentes aos constantes no objeto do edital, tanto da empresa, quanto do profissional responsável técnico;
 - VII. Laudo técnico de materiais empregados, com respectiva ART.

DOCUMENTOS ESPECÍFICOS A SEREM DESENVOLVIDOS PELA CONTRATADA:

- 9.16 A contratada deverá desenvolver, no âmbito do regime de contratação semi-integrada, todos os projetos específicos necessários à completa execução do objeto, assegurando compatibilidade técnica, atendimento às normas vigentes e perfeita integração entre as disciplinas. De forma não exaustiva, deverão ser elaborados e/ou complementados os seguintes projetos:
- 9.16.1 Projeto Executivo de Arquitetura: Compreendendo a definição completa dos ambientes da nova sede da Defesa Civil, do CIGERD Regional, do Centro Logístico Regional – CELOG e das garagens cobertas, incluindo layout funcional, fluxos operacionais, acessos, soluções de acessibilidade, especificações de materiais, detalhamento construtivo e adequação às normas técnicas e de segurança.
- 9.16.2 Projetos Estruturais: Abrangendo fundações, estruturas de concreto armado, metálicas ou mistas, estrutura modular do CIGERD, reforços estruturais necessários, bem como as estruturas das novas edificações, garagens e demais elementos, considerando as cargas permanentes, variáveis e condições de uso.
- 9.16.3 Projetos de Instalações Elétricas e de Energia: Incluindo distribuição elétrica, quadros, aterramento, proteção contra descargas atmosféricas (SPDA), iluminação interna e externa, iluminação de emergência, infraestrutura para sistemas de contingência, geradores e eventuais sistemas de energia alternativa.
- 9.16.4 Projetos Hidrossanitários: Contemplando sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem pluvial, aproveitamento de águas pluviais (quando aplicável), caixas de inspeção, reservatórios e demais dispositivos necessários ao pleno funcionamento das edificações.

- 9.16.5 Projetos de Climatização, Ventilação e Exaustão: Dimensionamento e detalhamento dos sistemas de climatização e ventilação adequados ao funcionamento contínuo das instalações, especialmente para salas de operação, monitoramento, armazenamento e áreas administrativas.
- 9.16.6 Projetos de Telecomunicações, Dados e Monitoramento: Incluindo infraestrutura para redes de dados e voz, cabeamento estruturado, sistemas de comunicação, monitoramento, videovigilância, controle de acesso e integração com os sistemas operacionais da Defesa Civil.
- 9.16.7 Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico (PPCI): Elaborado conforme a legislação do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, contemplando rotas de fuga, sinalização, sistemas de alarme, iluminação de emergência, hidrantes, extintores e demais dispositivos de segurança.
- 9.16.8 Projetos de Acessibilidade: Garantindo o atendimento integral às normas de acessibilidade vigentes, com soluções para circulação, sanitários acessíveis, sinalização e demais adequações necessárias.
- 9.16.9 Projetos de Urbanização e Implantação do Terreno: Abrangendo acessos, pavimentações, áreas de circulação, drenagem superficial, cercamentos, paisagismo funcional e demais intervenções externas necessárias à adequada implantação do conjunto.
- 9.16.10 Projetos Complementares e Estudos Técnicos: Incluindo estudos geotécnicos, topográficos, hidrológicos, plano de fogo, compatibilização entre projetos, detalhamentos específicos e quaisquer outros projetos ou estudos que se façam necessários para garantir a segurança, a funcionalidade, a durabilidade e a qualidade da obra.
- 9.16.11 Elaboração de orçamento e cronograma físico financeiro individualizado para cada uma das estruturas, o qual servirá de base para futuras medições de serviços executados.
- 9.16.12 Prever a elaboração de orçamento sintético, orçamento analítico, cronograma físico-financeiro, memorial de cálculo detalhado e BDI.
- 9.17 Todos os projetos deverão ser apresentados de forma integrada, compatibilizada e devidamente aprovados pelos órgãos competentes, constituindo parte essencial para a execução das obras em conformidade com os padrões técnicos, legais e operacionais exigidos.

CLÁUSULA DÉCIMA – MATRIZ DE RISCO

10.1 Gestão de riscos da contratação.

- 10.1.1 A presente contratação contempla a identificação, análise e alocação dos riscos inerentes à execução do objeto, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021, sendo tais riscos formalizados por meio de Matriz de Riscos específica, constante como documento anexo ao presente Termo de Referência e que integrará o futuro contrato administrativo para todos os fins.
- 10.1.2 A matriz de riscos estabelece, de forma clara e objetiva, a distribuição das responsabilidades entre a Administração e a contratada, considerando a natureza da contratação semi-integrada, na qual há o fornecimento de projeto básico pela Administração e a responsabilidade da contratada pela elaboração do projeto executivo e pela execução da obra.

10.2 Diretrizes Gerais

- 10.2.1 A alocação de riscos foi realizada com base nos seguintes princípios:

- 10.2.1.1 atribuição do risco à parte que detém maior capacidade de gerenciá-lo;

- 10.2.1.2 busca do equilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- 10.2.1.3 mitigação de impactos sobre prazo, custo e qualidade da obra;
- 10.2.1.4 garantia da continuidade e eficiência da execução contratual.

10.3 Alocação de Riscos

10.3.1 De forma geral, os riscos foram distribuídos conforme segue:

10.3.1.1 Riscos de responsabilidade da CONTRATADA:

- 10.3.1.1.1 acidentes de trabalho ocorridos durante a execução dos serviços;
- 10.3.1.1.2 danos causados a terceiros em decorrência da execução da obra;
- 10.3.1.1.3 furtos, roubos e perdas de materiais, equipamentos e insumos no canteiro de obras;
- 10.3.1.1.4 atrasos decorrentes de falhas de planejamento, gestão, execução ou baixa produtividade;
- 10.3.1.1.5 atrasos decorrentes de chuvas dentro da normalidade histórica;
- 10.3.1.1.6 falhas executivas, inadequações técnicas e vícios construtivos;
- 10.3.1.1.7 descumprimento contratual, abandono da obra ou incapacidade técnico-operacional.

10.3.1.2 Riscos de responsabilidade da CONTRATANTE:

- 10.3.1.2.1 aumento extraordinário e imprevisível dos custos de insumos, decorrente de fatos excepcionais devidamente comprovados;
- 10.3.1.2.2 inadimplemento ou atraso nos pagamentos devidos à contratada;
- 10.3.1.2.3 interferências decorrentes de informações, projetos ou levantamentos fornecidos pela Administração que apresentem inconsistências relevantes.

10.3.1.3 Riscos compartilhados entre as partes:

- 10.3.1.3.1 eventos climáticos extraordinários (chuvas excepcionais, desastres naturais);
- 10.3.1.3.2 escassez generalizada de materiais no mercado, desde que comprovada;
- 10.3.1.3.3 interferências técnicas não identificadas previamente, como redes ou obstáculos ocultos;
- 10.3.1.3.4 situações que demandem readaptações técnicas relevantes no decorrer da execução.

10.4 Reequilíbrio Econômico-Financeiro

10.4.1 O reequilíbrio econômico-financeiro do contrato será admitido exclusivamente nas hipóteses em que ocorrerem eventos extraordinários, imprevisíveis ou de consequências incalculáveis, desde que:

- 10.4.1.1 não estejam alocados como risco da contratada na matriz de riscos;
- 10.4.1.2 haja comprovação documental inequívoca do impacto sobre os custos do contrato;
- 10.4.1.3 seja demonstrado o nexo de causalidade entre o evento e o desequilíbrio contratual.

10.4.2 Não será devido reequilíbrio econômico-financeiro para eventos classificados como riscos de responsabilidade da contratada.

10.5 Prorrogação de Prazo:

10.5.1 A prorrogação dos prazos contratuais será admitida nos seguintes casos:

- 10.5.1.1 ocorrência de eventos climáticos excepcionais, desde que comprovados tecnicamente;
- 10.5.1.2 escassez de materiais, desde que comprovada a adoção tempestiva das providências pela contratada;
- 10.5.1.3 atrasos decorrentes de fatos imputáveis à Administração.

10.5.2 Não serão admitidas prorrogações de prazo para eventos decorrentes de falhas de planejamento, execução ou gestão da contratada.

10.6 Obrigações Relacionadas à Gestão de Riscos:

10.6.1 Em decorrência da matriz de riscos, a contratada deverá:

- 10.6.1.1 contratar e manter vigente seguro de riscos de engenharia e responsabilidade civil, compatível com o porte do empreendimento;
- 10.6.1.2 adotar integralmente as normas de segurança do trabalho, responsabilizando-se por eventuais acidentes;
- 10.6.1.3 garantir a segurança patrimonial do canteiro de obras;
- 10.6.1.4 responder por danos causados a terceiros;
- 10.6.1.5 adotar medidas preventivas e corretivas para mitigação dos riscos sob sua responsabilidade.

10.6.2 A Administração, por sua vez, deverá:

- 10.6.2.1 garantir a disponibilidade orçamentária e financeira;
- 10.6.2.2 fornecer informações e projetos com o maior grau de precisão possível;
- 10.6.2.3 realizar a fiscalização adequada da execução contratual;
- 10.6.2.4 analisar eventuais pleitos de reequilíbrio e prorrogação de prazo.

10.7 Vinculação Contratual:

10.8 A Matriz de Riscos integra o presente Termo de Referência e será parte integrante do contrato, vinculando as partes quanto à alocação de responsabilidades, servindo como referência para:

- 10.8.1 análise de pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro;
- 10.8.2 avaliação de prorrogações de prazo;
- 10.8.3 definição de responsabilidades em caso de ocorrência de eventos adversos;
- 10.8.4 aplicação de penalidades contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS GARANTIAS

11.1 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1.1 No prazo máximo de até 10 (dez) dias após o ato da assinatura do contrato CASO OPTE POR QUALQUER DAS MODALIDADES, EXCETO O SEGURO GARANTIA, a proponente vencedora prestará Garantia de Execução, no percentual **de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato**, a fim de proteger a Entidade Licitante contra atos ou omissões da proponente. **A Garantia de Execução poderá ser feita em uma das seguintes modalidades:**

11.1.1.1 dinheiro através de depósito no Banco do Brasil, agência nº 0586-X, Operação nº 001, conta 266914-5;

11.1.1.2 Títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

11.1.1.3 Seguro garantia;

11.1.1.4 Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

11.1.2 **Caso o proponente opte pelo Seguro Garantia**, o pagamento deverá se dar no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogável por igual período, se requerido pela empresa, contado da assinatura do contrato. Esse prazo deverá ser rigorosamente respeitado, sob pena da emissão de notificação e eventual rescisão contratual com a empresa.

11.1.3 No caso de rescisão de Contrato, por inadimplência da CONTRATADA, a garantia não será devolvida, e será apropriada pela Prefeitura a título de multa rescisória;

11.1.4 A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração, e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

11.1.5 Havendo prorrogação do prazo de conclusão das obras, o prazo de validade e de liberação da caução deverá ser prorrogado automaticamente.

11.1 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DA OBRA

11.1.2 A Contratada obriga-se a dar garantia da obra pelo prazo irredutível de 05 (cinco) anos, a contar do recebimento da obra, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo, conforme prevê a Lei 10.406/02, em seu art. 618.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO DA OBRA:

12.1 A obra estará sujeita à conferência e fiscalização da sua qualidade e conformidade com a proposta da CONTRATANTE, podendo ser determinado a realização de análises aptas a comprovar qualidade, resistência e obediências às normas técnicas oficiais, correndo o custo destes por conta da CONTRATADA.

12.2 Havendo necessidade de adequações, será concedido prazo de até 15 (quinze) dias após a comunicação escrita de sua conclusão, para que sejam realizadas as devidas correções à obra. O

descumprimento deste dispositivo acarretará na aplicação de multa no importe de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato;

- 12.3 A obra, objeto deste contrato, deverá ser recebida provisoriamente, mediante emissão de Termo de Recebimento Provisório pelo Fiscal do Contrato, nos termos da alínea “a”, inciso I, do artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 12.4 Decorrido o prazo máximo de 90 (noventa) dias após a emissão do Termo de Recebimento Provisório, a CONTRATANTE, através de servidor ou comissão designada pelo Prefeito Municipal, formalizará o recebimento definitivo da obra, objeto deste contrato, mediante emissão do Termo de Recebimento Definitivo da mesma, nos termos da alínea “b”, inciso I, artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 12.5 O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.
- 12.6 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil do CONTRATADO pela solidez e segurança da obra, tampouco a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

13.1 O MUNICÍPIO DE XANXERÊ designa como:

- a) **Gestor deste Contrato**, o Sr. **Alcedir Rama (Gestor)** para o acompanhamento formal nos aspectos administrativos, procedimentais e contábeis e o **Fiscal** deste contrato o Sr. **Robson Dalla Rosa**, Arquiteto e Urbanista e para executar o acompanhamento e fiscalização dos serviços, devendo registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à Contratada, objetivando a correção das irregularidades apontadas, no prazo que for estabelecido.
- b) As exigências e a atuação da fiscalização pelo **MUNICÍPIO DE XANXERÊ** em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada no que concerne à execução do objeto contratado.

13.2 Dentre as responsabilidades do(s) fiscal(is) está a necessidade de anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive quando de seu fiel cumprimento, determinando o que for necessário para a regularização de eventuais faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PENALIDADES

- 14.1 Pela inadimplência das obrigações contratuais objeto desta licitação, a Proponente, caso não seja aceita suas justificativas, ficará sujeita às penalidades previstas no art. 156 da Lei n. 14.133/21, descritas no Item 16 do Edital, e, ainda, a multa correspondente a 5% (cinco) por cento do valor total do Contrato;
- 14.2 Em caso de reincidência sistemática de faltas, as penalidades serão de:
- I. Rescisão contratual;
 - II. Impedimento do direito de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal;
 - III. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

- 14.3 Em caso de atraso na conclusão da obra, caberá a incidência de multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor do contrato, limitado está a 30 (trinta) dias, após o qual será considerado inexecução contratual, dando margem à incidência cumulada da multa prevista no *caput* desta Cláusula.
- 14.4 Em caso de penalidade financeira, resta assegurado ao município compensá-la com pagamentos porventura ainda devidos ou executar a garantia de contrato firmada.
- 14.5 Demais penalidades previstas no Decreto nº AM 151/2018 do Município de Xanxerê que regulamenta a Lei Federal nº 12.846/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – EXTINÇÃO

- 15.1 As hipóteses que constituem motivo para extinção contratual estão elencadas no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, que poderão se dar, após assegurados o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA.
- 15.2 A extinção do contrato poderá ser:
- 15.2.1 Determinada por ato unilateral e escrito do **CONTRATANTE**, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta.
- 15.2.2 Consensual, por acordo entre as partes, desde que haja interesse do **CONTRATANTE**.

CLAUSULA DECIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

- 16.1 A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, sobre o valor inicial atualizado do contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

- 17.1 Incumbirá à Contratante providenciar a publicação deste contrato por extrato, no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da data de sua assinatura, conforme Art. 94 da Lei 14.133/2021.

CLAUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

- 18.1 Fica Eleito o Foro da Comarca de Xanxerê-SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento contratual.
- 18.2 E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes, a seguir, firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas e será arquivado na Secretaria Geral da Administração da Prefeitura Municipal de Xanxerê, conforme dispõe o art. 89 da Lei nº 14.133/21.

Local e data.

CONTRATANTE

Prefeito do Município de Xanxerê.

CONTRATADA

Representante Legal

TESTEMUNHAS:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

ANEXO IV – MATRIZ DE RISCO
(documento anexo)

ANEXO V - PROJETO BÁSICO

ETP, Planilhas orçamentárias, Cronograma Físico Financeiro, Memorial Descritivo e demais documentos.

(arquivos anexos)